



Diário Eletrônico Administrativo nº 222  
Disponibilização: 01/10/2014  
Publicação: 02/10/2014

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
Rua Treze de Maio, 310 - Bairro Centro - CEP 95700-000 - Bento Gonçalves - RS - www.jfrs.jus.br

## **EDITAL**

### **EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

O Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves, em exercício, torna pública a realização de processo de seleção de estagiários do curso de **Direito** em cumprimento à Resolução nº 208/2012, do Conselho da Justiça Federal e à Instrução Normativa nº 14/2014, de acordo com as seguintes condições:

#### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

1.1. Local de estágio: **Direção do Foro ou Varas Federais da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves.**

1.2. Número de vagas: **01** (uma) vaga para contratação imediata na 1ª Vara Federal de Bento Gonçalves. Os demais candidatos aprovados constarão em cadastro de reserva para preenchimento de vagas futuras.

1.3. Requisitos: os candidatos devem ser alunos regularmente matriculados no curso de Direito em uma das instituições de ensino conveniadas, frequentando, no segundo semestre de 2014, do 4º ao 7º período/fase/semestre e que tenham concluído no mínimo 40% e no máximo 75% da carga horária total do curso.

1.4. Jornada de estágio: 20 horas semanais.

1.5. Remuneração: R\$ 833,00 mensais a título de bolsa-auxílio mais R\$ 5,50 por dia trabalhado a título de auxílio transporte.

1.6. Duração do estágio: 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período a critério de ambas as partes.

1.7. Data estimada para o início do estágio: novembro de 2014.

#### **2. DA INSCRIÇÃO:**

**2.1.** As inscrições serão realizadas pelo e-mail [rsbgosecdf@jfrs.jus.br](mailto:rsbgosecdf@jfrs.jus.br), encaminhando atestado de matrícula, histórico escolar e formulário devidamente preenchido, devendo indicar assunto “seleção de estágio”.

**2.2.** As inscrições estarão abertas no período de 07/10/2014 a 27/10/2014.

### **3. DA SELEÇÃO:**

**3.1.** O processo seletivo constitui-se de prova objetiva e dissertativa, a serem aplicadas na mesma oportunidade.

**3.2.** Serão convocados para realização das provas os 30 candidatos com melhor desempenho acadêmico, verificado pelo histórico escolar.

**3.3.** A duração máxima para a realização das provas objetiva e dissertativa será de 02 (duas) horas.

### **4. DO CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:**

**4.1.** A prova escrita consistirá em 10 (dez) questões de múltipla escolha, valendo 0,5 ponto cada uma e uma dissertação valendo 5,0 pontos.

**4.2.** A prova objetiva versará sobre questões de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Processual Civil, conforme programa anexo ao presente edital.

**4.3.** A dissertação versará sobre conhecimentos gerais com, no máximo, 20 (vinte) linhas.

**4.4.** Na prova dissertativa, será observada a utilização adequada da Língua Portuguesa, gramática, estrutura e clareza do texto.

**4.5.** Serão corrigidas as provas dissertativas dos 20 (vinte) melhores classificados na prova objetiva, bem como dos candidatos empatados em 20º lugar. Os demais candidatos serão automaticamente eliminados desta seleção.

**4.6.** Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota mínima de 7,0 (sete).

**4.7.** Havendo empate entre os candidatos, será adotado o critério de maior média geral no curso, persistindo o empate, será utilizado o critério etário de desempate em razão da maior idade.

**4.9.** O resultado final da seleção será divulgado na *Internet*, no endereço eletrônico da Justiça Federal ([www.jfrs.jus.br](http://www.jfrs.jus.br) – Concursos e Estágios), em data a ser informada aos candidatos quando da realização da prova escrita.

### **5. DA DATA E LOCAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:**

**5.1.** A prova escrita será realizada no dia 03 de novembro de 2014, às 14 horas, no Auditório desta Subseção Judiciária, localizado na Rua Treze de Maio, nº 310, 2º andar.

**5.2.** Os candidatos deverão chegar ao local de realização da prova escrita com 15 minutos de antecedência, munidos de carteira de identidade, caneta esferográfica azul ou preta, lápis e

borracha. Não poderá realizar a prova o candidato que não trouxer documento de identidade com foto.

**5.3.** Para realização da prova escrita, os candidatos não poderão utilizar nenhum material de consulta.

**5.4.** O gabarito oficial será disponibilizado na internet no primeiro dia útil seguinte ao da realização da prova.

## **6. RECURSOS:**

**6.1.** Os recursos serão aceitos até 24 horas após a publicação do resultado, devendo ser encaminhados à Direção do Foro da Subseção de Bento Gonçalves.

**6.2.** Os recursos serão apreciados pela banca examinadora composta pelos servidores responsáveis pelas unidades envolvidas no presente processo seletivo.

## **7. DO PREENCHIMENTO DE VAGAS:**

**7.1.** Os estudantes serão convocados para o estágio observando-se a ordem classificatória, conforme forem sendo abertas as vagas de estágio disponíveis. O contato com os candidatos selecionados será realizado por correio eletrônico e/ou telefone.

**7.2.** É de responsabilidade do candidato manter cadastro atualizado junto à Direção do Foro da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves.

## **8. DA CONVOCAÇÃO PARA O ESTÁGIO:**

**8.1.** Quando convocado para iniciar o estágio junto à Justiça Federal, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação: comprovante de endereço, comprovante de matrícula, cópia da carteira de identidade e do CPF e certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Foro da Justiça Federal e alvará de folha corrida disponibilizado pela Justiça Estadual, dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos.

**8.2.** O estagiário não poderá participar simultaneamente em mais de um programa de estágio desenvolvido pela Justiça Federal de 1º e 2º graus ou em qualquer outra Instituição, salvo o estágio curricular obrigatório.

## **9. DA VALIDADE DE SELEÇÃO:**

**9.1.** O concurso terá validade de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, a critério da administração.

**9.2.** Os casos omissos serão resolvidos pela banca examinadora.

## ANEXO - PROGRAMA DAS MATÉRIAS:

### DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. Poder constituinte: originário e derivado. Direitos Humanos. Hermenêutica constitucional. O constitucionalismo brasileiro. A ordem constitucional vigente. Emendas à Constituição. Disposições gerais e transitórias. República e federação no Direito Constitucional em geral. Sistema brasileiro. Repartição de competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente.

Os Estados-membros na Constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos Estados-membros, no Distrito Federal e nos Territórios. Os Municípios na Constituição. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios. Intervenção nos Municípios.

Poder Legislativo. Organização e atribuições. O processo legislativo. Cláusulas pétreas. Natureza. Espécies. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. O Tribunal de Contas. Natureza e atribuições.

Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder regulamentar, poder regulador e agências administrativas. Do Conselho da República. Do Conselho de Defesa Nacional.

Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. O princípio da reserva legal na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito individual e a direito coletivo. Poder Judiciário Federal e Poder Judiciário Estadual. O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. A Justiça Federal de 1º Grau. Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Conceito. Natureza. Espécies. A Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Da Advocacia-Geral da União. Da Administração Pública. Princípios e Disposições Gerais. Dos servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas públicas.

Da defesa do Estado e das instituições democráticas. O Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio: natureza e forma.

Processo eleitoral. Plebiscito. *Referendum*. Iniciativa popular. Direitos e garantias individuais. O rol da Constituição brasileira. Direitos explícitos e implícitos. Classificação dos direitos explícitos. Abuso de direito individual ou político.

Direito de propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação judicial. Usucapião. Regime das jazidas. Direito urbanístico. Ordem Econômica. Princípios. Intervenção no domínio econômico. Formas e limites de intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Empresa pública e sociedade de economia mista. Da comunicação social. O planejamento na ordem constitucional. Os direitos constitucionais dos trabalhadores. Organização sindical. Família, Educação e Cultura. Da Ciência e da Tecnologia. Da criança, do adolescente e do idoso.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Administração Pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo – constitucionais e legais, explícitos e implícitos.

Administração Direta (órgãos públicos: conceito, espécies, regime); Administração Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Principais características de cada uma e regime jurídico. O regime das subsidiárias. Direito Administrativo Econômico. As formas de intervenção do Estado. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas.

Ato administrativo. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Principais classificações dos atos administrativos. Procedimento administrativo. Fundamentos constitucionais. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. O controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas. Formas, características e limites. Mandado de Segurança.

Poder regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/88 quanto aos limites do poder regulamentar. Poder de polícia. Conceito.

Improbidade Administrativa.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição voluntária, princípios, estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à Justiça), equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional propriamente dita (controle judicial de constitucionalidade e suas espécies: ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, respectivos conceitos, natureza, características, hipóteses de cabimento, detalhes de procedimento); jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos (*habeas corpus* no processo civil, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de segurança, *habeas data*, ação popular, ação civil pública), respectivos conceitos, naturezas, hipóteses de cabimento, detalhes procedimentais.

Competência: conceito, critérios de distribuição, espécies; identificação do foro competente; modificações (conexão, continência, prevenção), *perpetuatio jurisdictionis*, conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Ação: classificação das ações e critérios

identificadores. Defesa: natureza, conceito, espécies; sua inserção entre as bases fundamentais do Direito Processual. Processo: natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão e fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.

Sujeitos do processo: o juiz, sua atuação e poderes, impedimento e suspeição; parte e respectivos conceitos material e processual, espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária; sujeitos especiais do processo; o Ministério Público, sua atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspeição; a advocacia, privada e estatal, inclusive a defensoria pública. Deveres das partes, seus procuradores e demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores. Representação técnica. Litisconsórcio: conceito, espécies, a problemática da unitariedade e da necessidade. Intervenção de terceiros: conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas, figuras típicas (assistência simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denúncia à lide, chamamento ao processo) e atípicas, conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais. Procedimento: natureza, conceito, classificação; distinção entre processo e procedimento; procedimentos sem processo.

Procedimentos do processo de conhecimento (comum, ordinário e sumário); procedimentos especiais. Ato processual: conceito, forma, tempo, nulidades (teoria processual das nulidades, princípios respectivos, identificação, decretação e convalidação); prazos (classificação e modos de contagem); fases procedimentais.

Fase postulatória: inicial, requisitos, pedido (alteração, aditamento, cumulação); pedidos alternativo e sucessivo; resposta (contestação, reconvenção, exceções); ação declaratória incidental; razões finais. Fase instrutória: conceito e características; prova: conceito, sistemas, ônus e sua distribuição, princípios aplicáveis ao tema; a vedação constitucional das provas ilícitas; classificação dos meios probatórios. Meios de prova em espécie (depoimento pessoal, confissão, documentos, testemunhas, perícia, inspeção), natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, procedimentos respectivos, incidentes. Fase decisória: sentença, natureza e conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos, eficácia natural e autoridade. Coisa julgada: natureza, conceito, classificação, limites objetivos e subjetivos.

Desconstituição da coisa julgada, decisões rescindíveis e anuláveis; ação rescisória: conceito, natureza, cabimento, condições específicas, juízos rescindente e rescisório, aspectos competenciais, procedimento, tutela de urgência na hipótese; a relativização da coisa julgada.

Processo nos tribunais. Coisa julgada inconstitucional.

Recursos: natureza, conceito, inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais, classificação, efeitos, pressupostos, admissibilidade e mérito recursais, princípios, regras gerais; sucedâneos recursais; remessa obrigatória. Recursos em espécie (apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência): natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, prazos, procedimento, pressupostos específicos, modos de interposição, peculiaridades específicas.

Execução: natureza, conceito e espécies; execução de títulos judiciais e extrajudiciais, princípios, pressupostos, condições, regras gerais; débito e responsabilidade patrimonial; fraude à execução; aspectos peculiares do processo executivo, seus detalhes procedimentais (instrução, penhora, avaliação, arrematação, satisfação, pagamento, adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, remissão e remição); liquidação; a defesa na execução, exceção de pré-executividade; suspensão e extinção da execução. Cumprimento de sentença. Processo sincrético. Execuções em espécie (por quantia certa contra devedor solvente, de obrigações de fazer ou não fazer, de obrigações de dar

coisa certa ou incerta, contra a Fazenda Pública, de alimentos, por quantia certa contra devedor insolvente): conceito e características de cada uma, função, objeto, subtipos, procedimentos, controvérsias.

Tutela jurídica e tutela jurisdicional, tutela processual e tutela satisfativa, tutela inicial e final; tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade; antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites; tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela; poder geral de cautela; cautelares inominadas, pressupostos, espécies, procedimento cautelar; cautelares nominadas (arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado), detalhes, procedimento.

Procedimentos especiais: visão geral, características, procedimentos especiais de jurisdição voluntária (incluída a discussão sobre a real natureza dessa espécie jurisdicional) e de jurisdição contenciosa; tipos codificados (consignação em pagamento; tutela interdita e não interdita da posse: interdito proibitório, ações de manutenção e reintegração de posse, embargos de terceiro, usucapião; a problemática do confronto entre ações petitórias e possessórias; ação monitória) e não codificados (desapropriação, ação de improbidade, reclamação constitucional), natureza e conceito de cada um, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais.

Juizados Especiais Cíveis: caracterização como subsistema processual e seu relacionamento com o sistema processual geral; especificidades, diferenciações e semelhanças entre os Juizados estaduais e Federais; estrutura orgânica (Juizados, Turmas Recursais, Turmas de Uniformização Regionais e Turma Nacional), princípios, características, espécies, competência (inclusive a real natureza desta e a discussão sobre possível descompasso entre o critério constitucional e o legal); procedimentos, recursos, pedido de uniformização, coisa julgada, execução, questões controvertidas, possibilidade de utilização, dentro dos Juizados, de meios processuais que não lhes são específicos (p. ex., mandado de segurança, procedimentos de jurisdição voluntária, etc.).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Andreotti Spizzirri, Juiz Federal Diretor do Foro**, em 29/09/2014, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **2161333** e o código CRC **1F303523**.